

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.441 - SP (2019/0227055-6)

**RELATOR** : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE  
**AGRAVANTE** : ROBERTO GABRIEL CLARO  
**ADVOGADOS** : DANIEL FERNANDES CLARO - SP147970  
EDUARDO FELIPE MELLO - SP214763  
**AGRAVADO** : ONILDA BRUGNERA DE OLIVEIRA - ESPÓLIO  
**AGRAVADO** : ROBERTO BRUNIERA OLIVEIRA - POR SI E  
REPRESENTANDO  
**AGRAVADO** : MARIA MARLY MATTA OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : RUBENS BRUNIERA OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : DORA JUNQUEIRA FRANCO OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : RICARDO BRUNIERA OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : SOLANGE BORGES PEREIRA OLIVEIRA  
**AGRAVADO** : REYNALDO BRUNIERA OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO - SP071812  
LUCAS OTAVIO BERTOLINO - SP248211  
JOÃO GABRIEL MENEZES FARIA - SP344496

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL QUANTO ÀS TESES RELATIVAS AO ÔNUS DA PROVA E DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. OMISSÃO QUANTO À TESE DE INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. 3. OFENSA AO ART. 202, VI, DO CC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 4. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA A QUEM ALEGA. SÚMULA 83/STJ. EXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Roberto Gabriel Claro contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Trigésima Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu, por maioria, os embargos infringentes opostos pelos ora agravados, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fls. 937-938):

EMBARGOS INFRINGENTES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

HONORÁRIOS. INTERESSE DE AGIR DO AUTOR VISLUMBRADO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ART. 206, § 5.º, INC. II, DO CC C.C. ART. 25 DA LEI N.º 8.906/94. PARTE DA PRETENSÃO INICIAL PRESCRITA E PARTE PROCEDENTE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MAJORADOS. Se a contratação dos serviços advocatícios é feita verbalmente sem o ajuste de honorários, a simples divergência entre as partes quanto ao valor devido já configura interesse de agir do autor para o ajuizamento da ação de arbitramento. Se o advogado é contratado para atuar no processo de inventário, seu direito de cobrar honorários inicia-se com o trânsito em julgado da sentença que homologa o plano de partilha e extingue o processo. Pedido de expedição de alvará de levantamento de saldo de imposto a restituir pelo espólio que constitui procedimento autônomo em relação ao processo de inventário e deve ser remunerado individualmente. Autor que alega que foi contratado para obter alvará para conclusão de venda de imóvel rural, bem como para acompanhar os pagamentos das parcelas até a quitação final. Ausência de comprovação de que houve prorrogação do prazo final de pagamento, pelo que se considerar o vencimento constante do compromisso de compra e venda. Reconhecida a prescrição de quase a totalidade da pretensão inicial, exceto quanto ao trabalho desenvolvido pelo autor em relação à expedição do alvará para levantamento do imposto retido. Remuneração de acordo com a tabela da OAB e majoração dos honorários sucumbenciais, nos termos do voto vencido. Embargos acolhidos.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente apontou ofensa aos arts. 489, § 1º e seu inciso IV, e 1.022, I, II e III, parágrafo único e seu inciso II, do CPC/2015; 333, II, do CPC/1973; e 202, VI, do CC.

Defendeu a existência de erro material na decisão recorrida, porquanto lhe teria sido atribuído o ônus da prova acerca da não ocorrência da prescrição.

Sustentou que o Tribunal de origem não teria apreciado a alegação de que houvera o encaminhamento de proposta de acordo para o pagamento da dívida em julho/2007, o que teria interrompido o prazo prescricional.

Asseverou que houve omissão no acórdão estadual ante a ausência de pronunciamento acerca das afirmações de que a expedição de alvará nos autos do inventário e a revogação do mandato teriam prorrogado a prestação dos serviços e, consequentemente, o prazo prescricional.

Aduziu que o ônus da prova acerca da ocorrência da prescrição seria da parte contrária, do qual não teria se desincumbido.

Relatou que teria recebido uma proposta de acordo da parte contrária, o que seria causa interruptiva da prescrição.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional quanto ao ônus da prova e à ocorrência de prorrogação do prazo prescricional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição, omissão ou erro material com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

A propósito, confira-se o seguinte excerto do julgamento dos aclaratórios que versa sobre o tema (e-STJ, fls. 982-983):

No caso em tela, constou claramente do v. acórdão embargado o entendimento desta Turma Julgadora no sentido de que ficou ajustado no compromisso de compra e venda que o pagamento da última parcela seria em 30.4.2006, quando se iniciou a contagem do prazo prescricional, sendo incumbência do autor comprovar sua alegação de que tal pagamento deu-se somente em 17.4.2007. No mais, também ficou consignado que o pedido de expedição de alvará configura procedimento autônomo e deveria ser remunerado individualmente.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

No que se refere à alegação de que o envio de proposta de acordo teria importado na interrupção do prazo prescricional, verifica-se que a questão foi aventada apenas por ocasião da oposição dos aclaratórios, não tendo sido sequer alegada nas contrarrazões dos embargos infringentes.

Nesse sentido, verifica-se que a questão jurídica apresentada configura inovação recursal, sobre a qual o Tribunal de origem não estava obrigado a se pronunciar, afastando-se, assim, a hipotética ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC/1973. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BEM POSTERIOR À INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. IRRELEVANTE, NA HIPÓTESE, O FATO DE INEXISTIR REGISTRO NO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO-DETRAN. INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO, MESMO NA HIPÓTESE DE SUCESSIVAS ALIENAÇÕES. PRESUNÇÃO JURE ET DE JURE. ART. 185 DO CTN, COM A REDAÇÃO DADA PELA LC 118/2005. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 375/STJ. QUESTÕES NÃO SUSCITADAS EM CONTRARRAZÕES. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR PARCIALMENTE ACOLHIDOS, PARA SANAR ERRO MATERIAL, SEM, CONTUDO, CONFERIR-LHES EFEITOS MODIFICATIVOS.

(...)

14. Por fim, no pertinente à alegada omissão do Órgão Julgador em apreciar o segundo argumento dos Embargos de Terceiros, referente à não ocorrência de insolvência dos co-executados, cumpre esclarecer que a questão não foi suscitada em Contrarrazões, razão pela qual não pode ser posteriormente suscitada em sede de Embargos de Declaração, porquanto caracteriza inovação recursal. Na hipótese, opera-se a preclusão consumativa, conforme entendimento consolidado nesta Corte Superior. Precedentes: AgRg no REsp. 1.556.433/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2016; AgRg no AREsp. 758.425/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 3.2.2016; AgInt no REsp. 1.625.865/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 2.6.2017; AgRg no REsp. 1.649.233/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 3.5.2017.

15. Embargos de Declaração interpostos pelo Particular parcialmente acolhidos, para suprir os vícios indicados, sem, contudo, conferir-lhes efeitos modificativos.

(EDcl no REsp 1141990/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2018, DJe 21/11/2018)

Dito isso, clara se mostra a ausência de prequestionamento do art. 202, VI, do CC, ante a falta de pronunciamento do Colegiado estadual sobre o tema, o qual, reitere-se, não estava obrigado a apreciar, em razão de se tratar de questão jurídica alegada somente nos aclaratórios.

Assim, aplica-se, nesse ponto, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ, que dispõe ser "inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Sobre o tema, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSUAL CIVIL. IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. INDENIZAÇÃO. ATO ILÍCITO. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AMBAS AS ALÍNEAS AUTORIZADORAS. SÚMULAS 211/STJ, 282 E 356/STF. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A alegação de que a impenhorabilidade prevista na Lei 8.009/90 não é oponível ao credor de indenização por ato ilícito foi suscitada apenas em sede de embargos de declaração, razão pela qual não foi analisada pela Corte Estadual, por se tratar de indevida inovação recursal. Portanto, carece de prequestionamento, nos termos das Súmulas 211/STJ, 282 e 356/STF.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1317107/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018)

Por fim, melhor sorte não assiste ao recorrente quanto à suposta ofensa ao art. 333, II, do CPC/1973.

Preliminarmente, incumbe esclarecer que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o ônus da prova cabe, em regra, a quem alega o fato. Nesse sentido: AgRg no AREsp 324.140/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 6/8/2013, DJe 14/8/2013.

No presente caso, verifica-se que os ora insurgidos alegaram a ocorrência da prescrição, tendo o Tribunal de origem reconhecido a existência de elementos suficientes acerca do referido fato, consignando, especificamente neste ponto discutido, que haveria provas de que o último pagamento teria sido ajustado para o dia 30/4/2006.

O ora insurgente, então, alegou que a data ajustada teria sido postergada para o dia 17/4/2007, o que demonstraria a não ocorrência de prescrição, oportunidade em que a Corte estadual entendeu que inexistiriam provas idôneas dessa afirmação, considerando que o recibo apresentado consistiria em documento unilateralmente produzido.

Oportunamente, confira-se o excerto abaixo transcrito (e-STJ, fl. 944):

Em que pese à controvérsia instaurada a respeito da contratação nesse sentido, ainda que se considere que o autor somente teria direito a receber seus honorários após a quitação das parcelas pelos compradores, não estaria afastada a ocorrência da prescrição. Isso porque, conforme se infere do compromisso de compra e venda, foi ajustado o último pagamento para o dia 30.4.2006 (fl. 157), quando se iniciaria a contagem da prescrição, pelo que decorrido o prazo de cinco anos antes do ajuizamento da ação em 6.7.2011.

De se consignar que o autor não comprovou sua alegação de que o pagamento da última parcela foi postergado para 17.4.2007, uma vez que o recibo de fls. 121 consiste em documento unilateralmente

# *Superior Tribunal de Justiça*

produzido sem constar qualquer assinatura.

Nesse aspecto, sob qualquer ângulo que se analise a questão, não há como derruir a convicção formada, seja porque o Tribunal de origem teria respeitado a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que o ônus da prova incumbe, em regra, a quem o alega, o que importaria na aplicação da Súmula n. 83/STJ, seja porque a revisão da conclusão estadual acerca da ocorrência da prescrição demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e a incursão em aspectos fático-probatórios, providência vedada na via especial, por incidirem os enunciados n. 5 e 7 da Súmula do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator